

Sarney não interferirá na disputa nos Estados

Da sucursal e do serviço local

A direção nacional do PDS não vai interferir nos diretórios regionais, para a concessão de sublegenda para a eleição de governadores, a correntes minoritárias do partido, que estejam sendo hostilizadas pelos governos dos Estados. A informação foi dada ontem, em Brasília, pelo presidente nacional do partido, senador José Sarney, para quem "o PDS é um partido democrático e aberto, não pode intervir nos diretórios regionais para estabelecer critérios políticos. A autonomia das sessões estaduais deve ser respeitada, esse é um princípio consagrado".

Senadores e deputados governistas, no entanto, temem que tal omissão leve os atuais governadores a tratarem os candidatos à sublegenda com maior hostilidade e violência que os candidatos do PMDB e do PP. Assim, a radicalização interna será de tal ordem que, dificilmente, o partido se manterá unido depois do pleito.

Mas no entender de Sarney, o grande número de candidatos aos governos estaduais é "sinal de vitalidade. Onde não houver candidatos é que o quadro estará ruim". O que existe, explicou, "ão divergências a nível local, que não têm profundidade. É muito natural que um partido político grande como o nosso tenha vários de seus líderes disputando o governo dos Estados. Tais problemas serão solucionados com o tempo e a proximidade das eleições".

Nem todos os pedessistas, porém, são igualmente otimistas, eles temem a fragmentação do PDS, se os atuais governadores se portarem contra seus adversários internos com maior má vontade do que contra os candidatos do PMDB e do PP. E citam os casos dos governadores de São Paulo, Paulo Maluf — que deverá mobilizar a máquina administrativa contra a candidatura do ex-governador Laudo Natel —, do Para-

ná Ney Braga — manifestadamente contra a pretensão do deputado Paulo Pimentel de o suceder — e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia — acusado de humilhar publicamente o senador Lomanto Júnior, ameaçando negar-lhe sublegenda, a menos que ele a peça com "humildade".

SUBLEGENDA

Sarney informou, também, que o presidente nacional do PP, senador Tancredo Neves, manifestou-lhe interesse em conversar sobre a votação do projeto da sublegenda. Sarney não quis entrar em pormenores, mas declarou-se à disposição do presidente do PP, a fim de conhecer os termos da proposta.

A iniciativa é do vice-líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB), que pretende conseguir das oposições "questão aberta" na votação do projeto da sublegenda para governador, a fim de que o PDS aceite a proposta de regulamentação das coligações partidárias nas eleições majoritárias.

Há dias, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, tomando conhecimento das gestões de Lucena, interpelou-o pelo telefone. O senador confirmou sua iniciativa, dizendo que estava conversando como "senador e como político".

"O jogo político faz parte de nossas atividades. Se há possibilidade de um acordo, por que não tentar? Nós podemos conseguir a permissão legal das coligações, com direito a acesso aos programas de rádio e TV. Em troca, a oposição poderia declarar questão aberta o projeto instituindo a sublegenda nas eleições diretas de governador" — argumentou.

"O PMDB não pode alegar que é contra a sublegenda por questão de princípios, porque, na época do MDB, a utilizou. E ainda há sublegenda para o Senado e a Prefeitura. E, por falar em princípios, é bom lembrar que na semana passada a direção nacional determinou a prorrogação dos mandatos dos

dirigentes regionais, contrariando o programa e o estatuto do partido."

Ontem, em São Paulo, Ulysses revelou que está marcada para amanhã, em Brasília, uma reunião da bancada do PMDB, na Câmara, para decidir a respeito da estratégia a ser adotada durante a votação do projeto de reforma eleitoral. Ulysses acredita que esse encontro assegure o voto maciço do PMDB contra a sublegenda para a eleição de governadores.

REJEIÇÃO

Por outro lado, o senador Affonso Camargo (PP-PR) assumiu a coordenação de fato do movimento interpartidário, visando à rejeição da sublegenda para governador, a ser votada nos dias 20 e 22, e já convocou reunião entre oposicionistas e dissidentes do PDS para amanhã, em local ainda não designado.

Os dissidentes terão de colocar pelo menos 211 deputados em plenário, de vez que se tal não ocorrer, com todos votando contra a sublegenda, o governo será beneficiado pela aprovação da medida, por decurso de prazo.

No PDS, o deputado Lúcio Cioni, também do Paraná, já conta com 25 deputados dissidentes e estima que até a data da votação da matéria obtenha o compromisso de mais 15 em favor de sua rejeição. Também o governo vem desenvolvendo esforços no sentido de conter a dissidência, como o vice-líder do PDS, deputado Siqueira Campos, procurando contatos diretos em toda a bancada partidária para identificar e tentar anular os setores empenhados em derrotar a sublegenda.

Siqueira Campos chegou a pressionar Cioni com o argumento de que ele estaria desrespeitando o presidente da República, argumento repellido pelo deputado dissidente com a invocação das palavras do presidente Figueiredo nas razões do veto enviado ao Congresso, relativo à reforma partidária, em que fixou posição contra a sublegenda.